



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0015071-76.2012.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**  
Requerente: **Gilberto Florentino da Rocha**  
Requerido: **Mvg Engenharia e Construção Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor postula a condenação da ré ao pagamento de quantia em dinheiro por serviços que lhe prestou.

Na audiência realizada (fl. 06) a ré não impugnou os fatos alegados pelo autor, limitando-se a oferecer proposta de acordo não aceita por este.

De outra parte, o documento de fl. 03 – igualmente não refutado – prestigia satisfatoriamente a versão exordial, não se podendo olvidar que a experiência revela que esse tipo de negócio no mais das vezes é marcado pela informalidade.

O quadro delineado, aliado à inexistência de outros dados que apontassem para direção contrária, impõe o acolhimento do pleito formulado.

Nem se diga que a circunstância da ré encontrar-se em recuperação judicial alteraria o panorama traçado, especialmente em decorrência do que foi decidido a fl. 41 e do silêncio da ré sobre sua situação atual (fl. 49).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**